

AS ENCRUZILHADAS DA CRISE CONTEMPORÂNEA POR UM FUTURO SUSTENTÁVEL

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

As palavras esgotam-se quando não nos devolvem uma representação iluminadora da realidade. Muito do que se tem escrito sobre a crise que rebentou no sistema financeiro internacional utiliza um conjunto de categorias ruidosas, termos e expressões que aumentam a obscuridade do que está em causa. Talvez por isso o nosso ponto de partida tenha de começar pelo mais ruidoso dos conceitos, o conceito de “crise”.

§1. DUAS CRISES EM PERSPECTIVA

Durante o seu primeiro discurso inaugural, proferido em 4 de Março de 1933, o Presidente Franklin Delano Roosevelt traçou um doloroso e sombrio retrato do seu país, devastado pela pobreza, desemprego, e desespero. Contudo, ele conseguia vislumbrar, no meio da amargura geral, uma fimbria de esperança: “A Natureza ainda nos oferece a sua abundância...”

Muito recentemente, numa Conferência organizada em Nova Deli, pelo TERI, o instituto dirigido pelo Professor Rajendra K. Pachauri, tive ensejo de escutar as fortes e comoventes palavras de Anote Tong, o Presidente da República do Kiribati, um país insular disseminado por milhões de quilómetros quadrados do Pacífico central, fortemente ameaçado pela subida do nível médio das águas do mar. Ele apresentou-se, perante uma silenciosa assembleia desta forma: “Eu sou o Presidente de um país que está a desaparecer debaixo de água...”

Em 2009, tal como em 1933, o mundo está ameaçado por um profundo e vasto colapso económico e financeiro. Todavia, em 2009 já não podemos partilhar a esperança de Roosevelt. Hoje, a Natureza já não nos oferece as suas bênçãos, mas antes a sua reacção hostil, como resposta a décadas e séculos de agressão e abuso por parte da ganância e loucura humanas. Num planeta povoado **não** por dois mil milhões de pessoas, como no tempo de Roosevelt, mas por quase sete mil milhões, a maior crise que se interpõe entre nós e um futuro sustentável não é, na sua essência, de natureza económica, mas sim a crise global do ambiente. Uma crise que se tornou visível para todos o mundo através dos cada vez mais numerosos eventos extremos associados ao processo de alterações climáticas.

§2. TEMOS DE CONSTRUIR UMA NARRATIVA COMUM À ALTURA DA GRAVIDADE DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

As alterações climáticas são o principal indicador da natureza excepcional da nossa época.

Há mais de um século que vozes pioneiras alertavam para a rota de colisão entre a nossa civilização, impulsionada por uma ainda recente, rude e primitiva estrutura técnica e científica, e o conjunto complexo de dimensões a que durante milhares de anos chamámos Natureza, e agora designamos como Ambiente.

As alterações climáticas emergiram nas últimas duas décadas e meia, como *a prova de que essa rota de colisão não era uma mera suspeita, mas sim uma verdade factual*, experimentada e repetidamente confirmada pela crescente rede de sistemas de informação e monitorização com que o Planeta Terra está hoje coberto: desde os satélites artificiais aos sensores que vigiam os oceanos, os glaciares ou o *permafrost* na Sibéria ou na Antártida Ocidental.

As gerações que hoje habitam o Planeta têm nas suas mãos uma responsabilidade absolutamente sem paralelo com nenhuma outra situação histórica do passado.

A primeira tarefa que pesa sobre os nossos ombros hoje é a de *estabelecer um firme e duradouro consenso sobre a seriedade e gravidade da ameaça das alterações climáticas*.

A mudança climática traz consigo um cortejo de possíveis acontecimentos futuros que configuram uma tragédia global. Importa dissipar, por isso mesmo, com a persuasão dos factos, os mitos que falam em “vencedores e perdedores” das alterações climáticas. Quando o Titanic se afundou, o conforto da cabine em que se viajava não fez qualquer diferença no triste destino dos naufragos. No longo prazo só há perdedores nas alterações climáticas.

O que verdadeiramente importa é a compreensão de que nas nossas decisões de hoje se joga o futuro da humanidade. Thomas Jefferson, o 3.º Presidente dos EUA, considerava que evitar o défice orçamental e a dívida pública correspondia a um princípio de justiça entre gerações. Por maioria de razão, podemos afirmar hoje que combater as alterações climáticas é o maior imperativo ético e político para com os nossos filhos e netos. *Trata-se de evitar uma dívida ontológica que jamais poderia ser paga*.

§3. A CAMINHO DE UM NOVO REGIME CLIMÁTICO GLOBAL

A segunda tarefa que nos deve unir hoje é a esclarecida recusa dos métodos antigos, do “business as usual”.

E isso implica compreender que a principal alavanca para encontrar soluções que tenham a escala e a dimensão adequadas à magnitude dos problemas globais da crise do ambiente e das alterações climáticas passa *pela inovação criadora dos sistemas de decisão e governação políticos*, sobretudo na esfera dos Estados e das relações internacionais, mas também nas grandes e pequenas organizações de todos os tipos, que constituem a sociedade civil.

A União Europeia, apesar das suas limitações, é certamente o melhor exemplo de inovação política nesse sentido. A criação de instituições de paz e cooperação, onde antes ocorria uma cultura endémica de rivalidade e guerra, constitui uma forte inspiração de valor universal.

As ambiciosas propostas iniciadas em Março de 2007, pelo Conselho Europeu, em matéria de energia e alterações climáticas, podem e devem ser entendidas, não apenas como um desafio interno aos 27 Estados-Membros, mas também como um repto lançado pela Europa ao Mundo para que depois do termo do período de cumprimento de Quioto, em 2012, os povos e nações da Terra encontrem no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas uma via ainda mais exigente e eficaz para medidas coordenadas e globais de mitigação e adaptação face ao perigo climático crescente.

Devemos almejar um verdadeiro *Pacto de Protecção Ambiental e Climática* que não exclua nenhum Estado ou nação. Sem colocar em causa o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, todos os Estados, desenvolvidos, emergentes ou em desenvolvimento, devem contribuir para o objectivo comum. A redução e estabilização das emissões devem resultar de uma combinação flexível de metas e instrumentos, recorrendo ao mercado, mas também à regulação, à inovação tecnológica, mas também usando de modo mais eficiente o que se já conhece agora, criando tectos de emissão nacionais e por sectores, mas também preservando as florestas e o papel da agricultura no ciclo do carbono.

§4. DOIS CAMINHOS SE ESTENDEM À NOSSA FRENTE

Se nos deixarmos vencer pela inércia, a lógica estreita do egoísmo político, da “balança do poder” e do “interesse nacional”, deitarão a perder a batalha contra as alterações climáticas, entrando após 2012 numa situação climática e ambiental que apenas poderá ser descrita com as cores sombrias do “estado de natureza” hobbesiano. Em vez de um regime global destinado a reduzir as emissões e a concentração de gases com efeito de estufa, seríamos colocados num cenário de luta internacional pelo acesso a recursos naturais decrescentes, servida por uma sangria de inteligência e meios financeiros, sacrificados no altar de uma nova corrida aos armamentos. que acabaria, mais tarde ou mais cedo, por conduzir à guerra, e talvez mesmo a um colapso sem paralelo histórico. Assistiríamos à concretização, em grande escala, da “Tragédia dos Comuns”, estudada por Garrett Hardin, em 1968.

Se, pelo contrário, formos capazes de construir as instituições políticas propícias ao que costumo designar como “*cooperação compulsiva*” – isto é, a obrigação de cooperar, ditada pelo interesse partilhado da sobrevivência mútua -- então teremos grandes possibilidades de fazer convergir o melhor da inteligência e da criatividade humanas no lançamento de uma nova revolução industrial, talvez a primeira etapa de um modelo mais inteligente de vivermos em conjunto, criando uma economia progressivamente livre dos combustíveis fósseis, e capaz de estabelecer uma relação não predatória de simbiose com os ecossistemas da Terra.

§5. CINCO DESAFIOS PARA A ECONOMIA DE MERCADO

A crise ambiental e climática é o grande desafio, não só de hoje ou de amanhã, mas do século XXI. E esse desafio deve ser enfrentado desde já, na próxima Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, a realizar em Copenhaga, no próximo mês de Dezembro. Aí teremos de chegar a acordo sobre um novo regime climático global com objectivos concretos e ambiciosos.

Vencer a ameaça ambiental implica reinventar uma nova relação da humanidade com a Terra, com os ecossistemas, com as outras criaturas. Teremos de passar do paradigma da dominação para o modelo da parceria. Teremos de passar, na relação com a Natureza, da pilhagem para a simbiose. E isso só pode ser efectuado se estivermos à altura de construir uma verdadeira onto-política.

Uma nova política do ser implica uma nova forma de habitar a economia. Aqui são cinco os principais desafios que se desenham.

§5.1. A ECONOMIA DE MERCADO PRECISA DE REGULAÇÃO

Um dos principais perigos para o ambiente, mas também para a competitividade das empresas em todo o mundo, é a actual crise de regulação das actividades económicas. Depois de décadas em que a economia de mercado foi ameaçada pela ideologia de recorte marxista, que tentou realizar, com uma impressionante ineficiência burocrática, uma utopia igualitária, parece que estamos hoje avassalados por um novo extremismo, uma espécie de “fundamentalismo do mercado livre”, que – como ficou visível na cascata caótica aberta pela falência do Lehman Brothers, em Setembro de 2008 – ameaça destruir o tecido empresarial e os empregos em vastas zonas do planeta. O velho bolchevismo acreditava cegamente no sentido inelutável da história, o novo fundamentalismo acredita piamente que o mercado livre é capaz de se autoregular da forma mais eficiente, praticamente sem intervenção dos Estados e dos seus normativos jurídicos.

O resultado desta nova ideologia é dramático. Por exemplo: a ausência de disciplina no mercado energético conduziu à maior e mais prolongada carestia dos combustíveis fósseis; a ausência de critérios de equidade no

comércio internacional ameaça produzir uma nova vaga de proteccionismo. Os governos mostram-se hoje impotentes para apresentar e defender uma estratégia de longo prazo. A própria qualidade da liderança política não ultrapassa a nota medíocre na Europa, e foi francamente má nos EUA, até à chegada da grande esperança representada pelo Presidente Barack Obama.

Para muitas empresas a demissão dos governos e a ausência de uma regulação económica e comercial clara significa:

- Incapacidade de colocar a economia de mercado verdadeiramente ao serviço dos objectivos de uma sociedade melhor, que só os governos democráticos e legítimos podem determinar.
- Competição desleal, favorecendo as empresas que no mercado nacional ou mundial causam externalidades negativas, tanto do ponto de vista ambiental como socialmente.
- Ausência de estímulo nas políticas públicas para as empresas que investem na inovação, nas tecnologias limpas e numa atitude de responsabilidade social para o interior das empresas e nas comunidades onde estas se inserem¹.

§5.2. REPENSAR A NATUREZA DO CAPITAL

Empresas sustentáveis são aquelas que conseguem valorizar o seu capital em todas as suas dimensões. Sobretudo nas duas dimensões mais esquecidas, a humana e a natural (Ver Tabela nº1).

Tabela n.º 1
A estrutura interna do capital²

<i>Capital humano</i> : trabalho, inteligência, cultura e organização
<i>Capital financeiro</i> : recursos monetários e instrumentos de investimento
<i>Capital manufacturado</i> : infraestruturas, máquinas, instrumentos, instalações.
<i>Capital natural</i> : recursos naturais, sistemas vivos, ecossistemas e respectivos serviços

O contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável da sociedade e para a sua própria durabilidade como agentes económicos implica uma radical valorização do *capital natural*, o que só é possível através da investigação, da inovação, da formação constante dos quadros e colaboradores da empresa. A aprendizagem de novas metodologias e de novos processos de trabalho é, no fundo, a aposta, também, na valorização do *capital humano*.

§5.3. COLOCAR O FOCO NA PRODUTIVIDADE DOS RECURSOS

¹ Robert U. Aires (ed.), *Eco-restructuring: Implications for Sustainable Development*, Tokyo/New York/Paris, United Nations University Press, 1998, pp. 46-49.

² Paul Hawken, Amory B. Lovins e L. Hunter Lovins, *Natural Capitalism. The Next Industrial Revolution*, London, Earthscan, 2004, p. 4 e segs.

A demanda pela sustentabilidade deve traduzir-se, também, num repensar do conceito de produtividade. Se colocarmos o acento tônico na produtividade dos recursos, poderemos alargar o nosso olhar para realidades que só mais dificilmente são compreendidas quando nos limitamos, como é tradicional, a pensar na produtividade do trabalho.

Há mais de uma década que assistimos à produção de ensaios e experiências inovadores e com um potencial verdadeiramente revolucionário, que nos alertam para o escândalo da sociedade de desperdício em que nos encontramos³. Existem hoje condições para, tendo em conta o actual valor da riqueza produzida, reduzir em quatro, ou mesmo em dez vezes, a quantidade de matérias-primas e energia consumidas, bem como a quantidade de resíduos para destino final, não só nos nossos processos industriais, mas também na agricultura e nos transportes.

Mas para isso é necessário:

- Um sistema fiscal que penalize os desperdícios e estimule a eficiência e inovação.
- A generalização de taxas, fiscalmente neutras, que aliviem o trabalho e o lucro, em detrimento do desperdício de capital natural.
- Redução do desperdício através da adopção do que poderemos designar como *biodesign*, a imitação inteligente dos processos naturais, compreendendo todo o ciclo do produto e da produção, favorecendo a valorização do capital natural através da criação de materiais que sejam duráveis, reutilizáveis e recicláveis.
- Favorecimento dos produtos multifuncionais, como, por exemplo os edifícios que são capazes não só de oferecer habitação como produzir energia, oxigénio e água.

§5.4. DO PARADIGMA DA MERCADORIA PARA O PARADIGMA DO FLUXO DE SERVIÇOS

Vivemos de tal modo amarrados à economia das coisas que nos esquecemos que o essencial para o bem-estar humano, são os serviços associados às coisas. A máquina de lavar só importa por nos permitir usar roupa lavada, o automóvel vale sobretudo por nos possibilitar uma deslocação rápida.

Não é fácil imaginar na sua plena amplitude o conjunto de consequências positivas para o nosso estilo de vida se os produtores – em muitos domínios da vida quotidiana – em vez de apenas venderem produtos aos consumidores, vendessem sobretudo um *fluxo contratualizado de serviços associados aos produtos*, sem jamais perderem, no decurso da vigência do referido contrato, o direito de propriedade sobre os mesmos.

³ Ernst von Weizäcker, Amory B. Lovins e L. Hunter Lovins, *Factor Four. Doubling Wealth, Halving Resource Use*, London, Earthsan, 1998.

Isso significaria, entre outros resultados, que a aposta dos produtores seria sobretudo na qualidade e durabilidade dos produtos, com uma extraordinária diminuição dos incentivos à lógica do desperdício. Para além disso, essa mudança do paradigma da mercadoria para o paradigma do fluxo de serviços, estabilizaria de modo extraordinário as relações entre produtores e consumidores, introduzindo mais previsibilidade e racionalidade no ciclo económico, com vantagens para o ambiente, as empresas, os trabalhadores e os consumidores⁴.

§5.5. COMPREENDER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO UM PROCESSO

Ao contrário do que é habitualmente afirmado o essencial no conceito de desenvolvimento sustentável não é traduzido pela imagem de um triângulo em que os três vértices são constituídos pelas dimensões ambiental, económica e social, estabelecendo entre si uma relação concorrencial do tipo dos jogos de soma nula.

Tanto na sociedade como nas empresas, torna-se imprescindível compreender a sustentabilidade como *um processo de cooperação activa* em que os diferentes elementos intervenientes participam em soluções sinérgicas de “ganhador-ganhador” (ver Tabela n.º 2).

Tabela n.º 2

Desenvolvimento sustentável como processo de transformação

<i>Dimensão Político-Institucional:</i> Traduz o consenso e a vontade política e operacional de mudança.
<i>Dimensão Económica:</i> Traduz a mudança na reprodução quotidiana das condições de vida numa perspectiva da sua continuação e qualificação.
<i>Dimensão Ambiental:</i> Traduz o quadro de conhecimento complexo que deve modelar a mudança (incluindo os limites e possibilidades abertos pela aplicação da nossa representação das leis naturais).
<i>Dimensão Social:</i> Traduz o projecto de futuro onde as relações humanas (e dos seres humanos com as outras criaturas e ecossistemas) ocupam um lugar central.

Para o efeito torna-se indispensável introduzir uma quarta dimensão que é, no plano social, a *capacidade político-institucional* e nas empresas a *capacidade de gestão estratégica* na determinação do rumo, e na manutenção de uma cultura empresarial aberta aos desafios da sustentabilidade.

Com efeito, só com uma liderança forte e esclarecida poderemos esperar uma transição segura para o desenvolvimento sustentável. Tanto na sociedade como nas empresas.

⁴ William McDonough e Michael Braungart, *Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things*, New York, North Point Press, 2002.

§6. CONCLUSÃO

A política é hoje a esfera da experiência humana que mais claramente envolve a inquietude fundamental da nossa época: habitamos na clivagem entre o colapso e o desenvolvimento sustentável (Diamond, 2004; Soromenho-Marques, 2005)⁵. As alterações climáticas são uma síntese da crise global do ambiente, do modo como a nossa civilização tecnocientífica se transformou numa força ontológica, numa entidade (des)construtora de mundos. Na verdade, a nossa época não pode ser acusada de se limitar a interpretar o mundo sem o transformar. Bem pelo contrário, a nossa época acusa dolorosamente um excesso de acção, e de um profundo défice de reflexão e imaginação, a todos os níveis.

A crise da imaginação crítica projecta-se, também, nas limitações e insuficiências das políticas públicas, tanto no plano nacional como internacional. Nunca como no nosso tempo a sobrevivência de todos e de cada um dependeu da combinação entre a fertilidade criativa e a tenacidade moral. As metamorfoses na política, orientadas pelo primado da crise ambiental, serão, sem dúvida, um dos campos onde o (in)sucesso dessa combinação vital se jogará de forma definitivamente visível.

Viriato Soromenho-Marques é professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, leccionando nos cursos de Filosofia e Estudos Europeus. É membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, desde Abril de 2008. Desde 1978, está ligado à causa da defesa do ambiente. Foi presidente nacional da Quercus entre 1992 e 1995. Membro do Conselho Económico e Social de 1992 a 1996, é também membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, desde Maio de 1998. Foi vice-presidente da rede europeia de conselhos de ambiente (European Environmental Advisory Councils), entre 2001 e 2006. Coordenador científico do Programa Gulbenkian Ambiente, desde Fevereiro 2007, é um dos 12 membros do Grupo de Alto Nível que aconselha o Presidente da Comissão Europeia no binómio da Energia/Alterações Climáticas. É Grande-Oficial da Ordem de Mérito Civil (1997) e da Ordem do Infante D. Henrique (2006). Efectuou mais de 700 conferências em Portugal e noutros 20 países. É autor de três centenas de estudos abordando temas filosóficos, político-estratégicos e ambientais, merecendo destaque, no domínio das relações internacionais e do ambiente: *Europa: o Risco do Futuro* (Lisboa, 1985); *Europa: Labirinto ou Casa Comum* (Lisboa, 1993); *Regressar à Terra: Consciência ecológica e política de ambiente* (Lisboa, 1994); *O futuro frágil. Os desafios da crise global do ambiente* (Lisboa, 1998); *Ecologia e Ideologia* (Lisboa, 1999, em co-autoria); *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável* (Lisboa, 2005); *O Regresso da América. Que Futuro depois do Império?* (Lisboa, 2008).

⁵ Jared Diamond, *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*, New York, Viking Penguin, 2004; Viriato Soromenho-Marques, *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005.

